



Reunião com Cruesp não chega a acordo

Reitores ofereceram 4% para entrar no contracheque de junho mais 3,09% a partir de outubro, com impacto do total dos índices sobre o 13º salário

A reunião de negociação entre o Cruesp e o Fórum das Seis ocorrida ontem não atendeu às expectativas das categorias.

Logo no começo da reunião o Fórum cobrou aos reitores que intervenham no processo de tramitação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016 para derrotar a tentativa do governador Alckmin de fixar o repasse em “no máximo” 9,57% do ICMS-QPE. Tal medida representa um dos maiores ataques à autonomia universitária, possibilitando que o governo decida quanto destinar à educação superior.

Em relação à campanha salarial, os

reitores apresentaram a proposta de reajuste de 4% (em maio) mais 3,09% (a partir de outubro), com impacto do total dos índices sobre o 13º salário. O total dos índices soma 7,21% e por isso não houve acordo das entidades.

Nas próximas semanas serão realizadas as assembleias setoriais. Na Unicamp a assembleia está marcada para o dia 19.

A próxima reunião com o Cruesp acontece no dia 25 de junho, e o Fórum se reunirá novamente antes dessa data.

Quando fechávamos esta edição a coordenação do Fórum das Seis discutia indicativos que serão debatidos na plenária de hoje ao meio-dia.

PARTICIPE

Plenária hoje ao meio-dia, no CB, organiza luta

Para debater o resultado da reunião com o Cruesp e organizar a proposta de greve pela isonomia e o reajuste salarial, o STU convoca para hoje a plenária de mobilização, a partir do meio-dia, no CB.

Fotos Leon Cunha



Ato unificado reuniu trabalhadores e estudantes da Unicamp, Usp, Unesp e Centro Paula Souza que foram em passeata até a reunião entre o Fórum das Seis e o Cruesp

Atividades marcam o dia de paralisação na Unicamp

Ontem (14) pela manhã os trabalhadores da Unicamp se reuniram no Ciclo Básico para compartilhar o café da manhã e saber dos desdobramentos da reunião conjunta do STU, Adunicamp e DCE com o reitor, ocorrida no dia 13.

Em seguida, foi aberto o microfone para os trabalhadores apresentarem suas reflexões sobre a Campanha Salarial da categoria. A maioria das falas caminhou no sentido de fortalecer a luta em defesa da isonomia e do reajuste de modo que este reponha o po-

der de compra. Foi também ressaltada a importância de unificar as forças em defesa da autonomia universitária, cobrando do Cruesp que encampe a luta por mais verbas para a educação.

Com o adiantado da hora os trabalhadores seguiram até a Biblioteca Central de onde partiu a caravana rumo a São Paulo para o ato unificado.

À tarde muitos setores da universidade seguiram mobilizados, principalmente as professoras que aproveitaram o dia para discutir suas reivindicações internas.

Espaço infantil no dia 19/5

Na assembleia de 19/5, por ocasião da paralisação, o STU irá disponibilizar novamente o Espaço Infantil. Quem precisar utilizar o

serviço deve reservar sua vaga com a Secretaria do STU através do e-mail secretaria@stu.org.br ou telefones 3521-7412 / 3521-7147.

AGENDA DE LUTAS

15 de maio (Sexta-feira)

7h - Reunião no Centro Cirúrgico Geral.

12h - Plenária de mobilização da campanha salarial, no CB.

19 de maio (Terça-feira)

Paralisação na Unicamp e indicativo de Greve das Universidades Estaduais Paulistas

10h - Assembleia dos Trabalhadores da Unicamp, no Ciclo Básico.

25 de maio (Segunda-feira)

15h - Reunião de negociação do Fórum das Seis com o Cruesp, em SP.

28 de maio (Quinta-feira)

Indicativo de Greve das Universidades Federais

29 de maio (Sexta-feira)

Dia Nacional de Lutas (construir a greve geral)

DEBATE

“Campinas contra a redução da maioria penal” em debate dia 22



Acontece no próximo dia 22 (sexta-feira) a partir das 19 horas, no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, o debate “Campinas Contra a Redução da Maioridade Penal”. Com a presença de parlamentares, especialistas e juristas, a atividade tem o apoio do STU, DCE - Unicamp e outras entidades.

No final de março passado foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados a proposta de emenda constitucional 171/93 - que reduz a maioria penal. A PEC 171, cuja tramitação ficou mais de

21 anos parada, volta ao centro do debate pelas mãos da bancada conservadora da Câmara.

O documento prevê que jovens com idade acima de 16 anos que cometerem crimes possam ser condenados pelo Código Penal.

Agora a Câmara Federal criará uma comissão especial para analisar a proposta. Depois de votada duas vezes em plenário, se aprovada, a PEC vai passar pelo Senado (também em duas votações). A tramitação da proposta ainda pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), já que fere o ECA e a Constituição de 1988.

Até a ONU já declarou que a medida ampliaria a desigualdade enfrentada pelos jovens negros na sociedade brasileira, que são 2,5 vezes mais vítimas de armas de fogo do que brancos - decorrentes de abordagens arbitrárias das

polícias ou balas perdidas, segundo o Mapa da Violência 2015.

Especialistas também apontam que a redução não diminui a criminalidade e tende a aumentar a reincidência.

Hoje, a partir dos 12 anos, qualquer adolescente é responsabilizado por atos cometidos contra a lei. Isso se dá por meio de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O que é necessário para impactar na vulnerabilidade de adolescentes a práticas delituosas é melhorar o atendimento nas instituições de ressocialização, cumprir as leis já existentes no que diz respeito à educação, direito ao lazer e à preservação dos direitos humanos.

Com informações do portal '18 Razões Para a Não Redução da Maioridade Penal'.